



INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NAS CRECHES DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA – PE

Iara Alves da Silva, Faculdade do Belo Jardim, iara2012alves@gmail.com

Maria Fernanda da Silva Lucena, Faculdade do Belo Jardim,

fernanda2012lucena@gmail.com

Vanessa Cavalcanti de Torres, Faculdade do Belo Jardim, vanctorres@hotmail.com

Faculdade do Belo Jardim / Pibid / Capes

SCHOOL INCLUSION OF CHILDREN WITH DISABILITIES IN KINDERGARTENS OF THE MUNICIPALITY OF SÃO BENTO DO UNA-PE

Resumo

Este estudo resultou da vivência através do PIBID e nos estágios na Educação Infantil. O objetivo foi analisar como as creches do município de São Bento do Una recebem, acompanham e avaliam as crianças com deficiência. Foram aplicados questionários com gestores, docentes e profissionais de Apoio. Os resultados apontaram que há o acolhimento dessas crianças, matrículas, acompanhamento dos profissionais de apoio e avaliação do desenvolvimento com observação diária do cotidiano escolar, existindo ainda uma lacuna na formação inicial e continuada dos docentes. Entretanto, avanços são percebidos nas políticas públicas educacionais na cidade.

Palavras-chaves: Creche, Educação Inclusiva, Crianças deficientes.

Abstract

This study resulted from the experience through the PIBID and in the stages in Early Childhood Education. The objective was to analyze how day care centers in the municipality of São Bento do Una receive, monitor and evaluate children with disabilities. Questionnaires were applied with managers, teachers and support professionals. The results indicated that there is the reception of these children, matriculas, accompaniment of support professionals and evaluation of development with daily observation of school



daily life, and there is still a gap in initial and continuing teacher training. However, advances are perceived in public educational policies in the city.

Key-words: Day care, Inclusive Education, Disabled children.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil tem um contexto histórico que vem com o surgimento das creches no Brasil desde o século XX. Tal educação não era vista como algo para aprendizagem, mas sim, como assistencialismo para as crianças dos operários e das crianças que eram mal cuidadas. Contudo, com o passar dos anos esse conceito foi se modificando e a Educação Infantil foi ganhando espaço com uma nova visão, agora com intuito de auxiliar as crianças no seu desenvolvimento integral.

A Constituição de 1988 e reforçando com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (1996) garantem à criança de 0 aos 5 anos a matrícula em creches e pré-escolas. A educação é um direito de todo ser humano conforme diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), estando a criança deficiente também inclusa neste direito, porém nem sempre é o que acontece na realidade. Por muito tempo, a Educação Especial era dada de maneira fragmentada; as crianças com deficiências eram excluídas da sociedade como um todo. Atualmente, o que se busca é uma perspectiva de educação inclusiva, na qual o aluno seja integrado e incluindo nas escolas regulares.

Embora as pessoas com deficiências tenham o direito de serem matriculadas no ensino regular, ainda sofrem com a exclusão na própria escola. E ainda mais, precisam estar inseridas no ambiente educacional com um suporte de profissionais habilitados e estrutura arquitetônica adaptada para atender as suas necessidades, sejam físicas, visuais, mentais, auditivas ou superdotação.

Este estudo faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso das coautoras e resultou a partir da vivência e prática através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) nos atendimentos às crianças deficientes na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e com os estágios na Educação Infantil. Estas experiências foram a base para a construção deste trabalho, que poderá subsidiar políticas públicas educacionais mais includentes no atendimento aos direitos dessas crianças, visto que, o cumprimento desses direitos é ainda bastante precário.



Diante do exposto, o problema de pesquisa foi compreender como acontecia o processo de acolhida, acompanhamento e avaliação da inclusão de crianças com deficiências nas creches no município de São Bento do Una? A hipótese levantada foi que as creches desta cidade ainda não estão totalmente aptas para receber as crianças deficientes.

Para fundamentar teoricamente, a pesquisa embasou-se em documentos legais e nas concepções teóricas de autores como: Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (1996), Adorni (s/d.), Biaggio (2007) entre outros; que discutem sobre o assunto da Educação Infantil e Educação Inclusiva.

OBJETIVO

O objetivo desta pesquisa foi analisar como as creches do município de São Bento do Una - PE recebem, acompanham e avaliam as crianças com deficiências. Dentre os aspectos investigados, também teve-se a finalidade de conhecer a estrutura física destas instituições; analisar o processo de formação continuada dos professores e profissionais de apoio em relação à inclusão e verificar como a gestão lida com a inclusão no seu cotidiano.

REFERENCIAL TEÓRICO

Legislação sobre Creche e Inclusão

A origem da creche surgiu a partir da estruturação do capitalismo no país. Com esse avanço as indústrias estavam precisando de mãos de obra, mas muitas das mulheres com filhos não tinham com quem deixar, surgindo a necessidade de ter um local específico para aquelas crianças, para que fossem cuidadas enquanto seus pais estavam trabalhando (ADORNI, s/d.). No século XIX, na Europa surgem as primeiras creches. No Brasil surge no começo do século XX, onde a educação e os cuidados antes realizados pela família, especificamente pela mãe, se estenderam as creches, não somente com o objetivo de cuidar das crianças dos operários, mas também daquelas que eram mal cuidadas pelos familiares.





VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18

FORTALEZA - CE

Quanto à inclusão de deficientes desde o início foi um desafio. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001, p. 5) diz que “o aluno com deficiência, particularmente, era atendido apenas em separado ou então simplesmente excluído do processo educativo, com base nos padrões de anormalidade”. Foi seguindo esse conceito de “anormalidade” que surgiram as primeiras escolas residenciais para deficientes, dirigidas inicialmente à surdos, mudos, cegos e deficientes mentais. O marco para inauguração de uma nova forma de pensar vem a partir da Declaração de Salamanca. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN (1996) no capítulo V do artigo 59 que rege às escolas toda uma adaptação na organização pedagógica: currículo, metodologia, recursos educativos, etc., bem como, a especialização dos docentes e profissionais de apoio. Tudo isso, para que a criança independente da sua deficiência possa desenvolver sua autonomia, liberdade e habilidades, como qualquer outra criança, apesar das suas limitações.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009 p. 12) define a Educação Infantil como:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

Essas Instituições devem assegurar o desenvolvimento integral nos aspectos físico, cognitivo, psíquico, afetivo e social, como também, promover os cuidados diários, como: banho, alimentação saudável, higienização, recreação (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009 p. 18).

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, vol 1, 1988, p. 14),

A busca da qualidade do atendimento envolve questões amplas ligadas às políticas públicas, às decisões de ordem orçamentária, à implantação de políticas de recursos humanos, ao estabelecimento de padrões de atendimento que garantam espaço físico adequado, materiais em quantidade e qualidade suficientes e à adoção de propostas educacionais compatíveis com a faixa etária nas diferentes modalidades de atendimento (...).



Sendo assim, a inclusão escolar de crianças deficientes nas instituições infantis, também depende de uma estrutura física adaptada e de fácil acesso, materiais pedagógicos e recursos adequados para cada faixa etária e que atenda as necessidades de cada criança deficiente, possibilitando assim o seu pleno desenvolvimento, conforme preconiza o documento DCNEI (Resolução CNE/CEB nº 5/2009).

Educação Inclusiva de crianças deficientes

O processo de inclusão escolar vai além de inserir a criança na escola, trata-se de permitir que a criança seja quem ela é e banir os preconceitos que a torna inferior às outras.

Segundo Alves, (apud Biaggio, 2007, p.21) “muitas vezes os pais, por desconhecimento, resistem à inclusão, preferindo deixar seus filhos em casa ou em escolas especiais”, porém há uma diferença entre a educação inclusiva e educação especial:

A educação inclusiva é um movimento mundial fundamentado nos princípios dos direitos humanos e da cidadania, tendo por objetivo eliminar a discriminação e a exclusão, para garantir o direito à igualdade de oportunidades e à diferença, transformando os sistemas de ensino, de modo a propiciar a participação de todos os alunos, com foco específico naqueles que são vulneráveis à marginalização e exclusão. A educação especial é uma área de conhecimento que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com deficiência, autismo, síndromes ou altas habilidades/superdotação, e abrange desde a educação infantil até a educação superior (BIAGGIO, 2007, p. 24).

Assim sendo, a educação na perspectiva da inclusão, deve oferecer por lei, um Atendimento Educacional Especializado (AEE), que visa auxiliar o aluno no seu processo de formação social e de aprendizagem, realizado em salas multifuncionais, através da utilização de recursos e técnicas diferenciadas voltadas para a sua deficiência, com objetivo de vencer barreiras que dificultam sua vida social e escolar. Esse atendimento segundo a LDBEN nº 9.394/96 artigo 58, inciso 2º “será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”, sendo que seja preferencialmente realizada na escola regular, já no inciso 3º diz que a educação especial



deve ser iniciada do zero aos seis anos, durante a educação infantil, tendo o Estado como provedor constitucional obrigatório.

Um dos maiores desafios é a falta de preparação dos professores no processo de ensino aprendizagem dessas crianças. No artigo 59 da lei nº 9.394/96 da LDBEN, no parágrafo III - os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”, mas nem sempre é o que se encontra na realidade.

O desenvolvimento da educação inclusiva também depende de uma gestão democrática, que lute pelos direitos da criança deficiente, como: a oferta de espaços físicos adaptados e “outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção”, segundo as atribuições dadas ao Atendimento Educacional Especializado presente na Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, no parágrafo VI do art. 10 das Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Esses são direitos que devem ser ofertados desde a Educação Infantil e que devem ser buscados pelo gestor escolar e exigidos pelos pais.

METODOLOGIA

O estudo sobre o processo de inclusão escolar de crianças deficientes nas creches é de suma importância, visto que a educação infantil pode trazer diversos benefícios para o desenvolvimento da criança deficiente. A pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa, na qual Guerra (2014, p. 11) faz a seguinte alocação:

Na abordagem qualitativa, o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito.



Apresenta-se também como descritiva e exploratória, por trazer em seu contexto descrições de determinadas realidades e por exigir um conhecimento prévio do problema estudado através de levantamentos bibliográficos (GERHARDT; SILVEIRA, 2019, p. 35) estando assim fundamentada em artigos científicos e documentos legais e constituindo-se em uma pesquisa de campo desenvolvida no município de São Bento do Una, onde foram visitados três Centros Públicos de Educação Infantil, dois da zona urbana e um da zona rural, abrangendo assim, o universo de 100% das creches deste município.

Os dados foram coletados por meio de três questionários aplicados aos gestores, docentes e profissionais de apoio, pela observação sistemática da estrutura física de cada creche, o uso de um roteiro e do diário de campo, instrumento esse que possibilita os registros minuciosos da observação Falkembach (1987 apud Guerra, 2014, p. 34).

O questionário foi elaborado com várias perguntas de forma que fossem expostos todos os pontos da pesquisa que avaliassem os objetivos propostos. O roteiro para observação conteve pontos como: local, bairro, horário, descrição do ambiente, entre outros fatores. O diário de campo foi utilizado para anotar os dados que eram importantes e que no questionário seria mais difícil detectar.

Participaram do estudo três gestores (denominadas de G1, G2 e G3); seis docentes, sendo 3 das turmas de creche (PC1, PC2, PC3) e 3 da pré-escola (PPE 1, PPE2 e PPE3) e seis profissionais de apoio, sendo 3 das turmas de creche (AC1, AC2, AC3) e 3 da pré-escola (APE1, APE2 e APE3), cuja cada categoria teve um questionário diferente, que abordou as peculiaridades da sua atuação e relação com a educação especial. Os questionários foram entregues aos participantes e foi estipulado um prazo de uma semana, para respondê-los.

A observação foi realizada durante o prazo para entrega dos questionários. Em seguida, foi feita a análise de conteúdo do material coletado para obtenção dos resultados, que ainda segundo Guerra (2014, p. 38) “é uma técnica de tratamento de dados coletados, que visa à interpretação de material de caráter qualitativo, assegurando uma descrição objetiva, sistemática e com a riqueza manifesta no momento da coleta dos mesmos”, assegurando assim a originalidade dos dados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



Após o recolhimento dos questionários para análise dos dados, foram selecionadas as perguntas mais relevantes para serem discutidas. Entre as diversas perguntas presentes nos questionários direcionados às gestoras, foi abordada a questão quanto à formação acadêmica das mesmas. O resultado foi que as três gestoras G1, G2 e G3 possuem formação profissional em Pedagogia e em outras especializações, o que é positivo para a instituição, pois a pedagogia é a ciência que está apta para atuar na área de Gestão Escolar. Outra questão destacada foi com relação ao processo de matrículas e jornada escolar das crianças deficientes. Observou-se que há a efetivação das matrículas e flexibilização da jornada diária, o que condiz com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009 p. 12) que define a Educação Infantil como:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial.

Ao analisar os questionários realizados com as docentes, destacou-se à questão quanto às dificuldades encontradas no processo de ensino/aprendizagem dessas crianças e a forma de avaliá-las. As respostas foram quanto ao comportamento, ao ritmo de aprendizagem (lento), adaptação do ambiente e a relação com os pais; algumas se utilizam de matérias concretos e lúdicos para auxiliar no desempenho e o processo de avaliação se dá no cotidiano escolar, observando os pequenos avanços.

Outro fator analisado foi a formação acadêmica das docentes, e apenas a docente PPE 3, não possui formação em pedagogia, as demais ou são graduadas ou pós-graduadas nesta área. Quanto à formação inicial e continuada em educação especial, todas disseram não terem tido formação inicial nem continuada, o que é um problema para educação básica na perspectiva de uma educação inclusiva, pois é o professor quem assume a responsabilidade da sala de aula regular e que lida com as dificuldades do dia a dia da sua turma de maneira mais direta. Tais respostas não coincidiram com o artigo 59 da lei nº 9.394/96 da LDBEN, no parágrafo III que assegura aos educandos com deficiência, “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18

FORTALEZA - CE

O Profissional de Apoio também tem sua importância no âmbito da educação inclusiva. Ao analisar os questionários realizados com este público, também foi questionado sobre a formação continuada. Com exceção das profissionais de apoio AC1 e AC3 que não entregaram o questionário, a AC2 e APE1 disseram em comum terem assistido algumas palestras sobre educação especial, a APE2 E APE3 relataram que não tem esse tipo de formação.

Não o bastante, para o bom desenvolvimento e inclusão dessas crianças nas creches, é necessário que exista a adaptação da estrutura arquitetônica. A creche 1, fundada no ano de 1990 situada na zona urbana, apresenta uma estrutura antiga. Há presença de pouquíssimas adaptações, como por exemplo, uma rampa na entrada, mas apresenta ainda muitas barreiras, como é o caso dos banheiros. Já a creche 2 (zona urbana) e creche 3 (zona rural), possuem um padrão arquitetônico, pois foram fundadas no mesmo ano, 2015. Elas apresentam uma estrutura física mais atualizada; possuem uma maior acessibilidade física nas entradas, banheiros, salas de aulas; para qualquer deficiência. Mas faltam ainda vários recursos.

Ao analisar as estruturas físicas dessas três instituições de Educação Infantil, conclui-se que a creche 1 apresenta menos acessibilidade do que as creches 2 e 3, que se mostram mais acessíveis e atuais. Embora as três creches não estejam ainda em total acordo com as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001, p. 37) onde diz que as escolas devem assegurar "(...) a acessibilidade aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário (...)", a creche 2 e 3 se mostrou mais adaptada para receber as crianças com deficiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva, apesar dos seus múltiplos avanços no sistema educacional nacional, ainda é um grande desafio para as escolas da contemporaneidade e mais precisamente para as creches e pré-escolas, cujos profissionais da educação lidam com a primeira fase da vida humana, a infância. O profissional da pedagogia em sua formação acadêmica se habilita para compreender essa fase, a qual deve agir com equilíbrio e



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18

FORTALEZA - CE

paciência para ajudar a criança em seu processo. Quanto à criança deficiente é ainda mais delicado, pois precisa lidar com as limitações do aluno.

Diante dos resultados encontrados com as gestoras, verificou-se que a formação acadêmica está de acordo com a LDBEN (1996) que rege no Art. 64, a formação de profissionais para a administração escolar deve ser feita nos cursos de pedagogia ou em nível de pós-graduação. Observou-se que há o acolhimento, a partir da efetivação das matrículas e a avaliação do desenvolvimento das crianças, se dá através da observação diária, no cotidiano escolar, e não de maneira isolada.

Mediante os dados obtidos dos docentes e profissionais de apoio considera-se que os cursos de graduação devem analisar a grade curricular de maneira que proporcionem melhor formação especial, investindo na transmissão dos conhecimentos dos diversos quadros de deficiências, e em práticas pedagógicas, tendo em vista, os casos de microcefalia causados pelo vírus da Zika, com vários diagnósticos no ano de 2015, apresentando “possibilidades de alterações no desenvolvimento neurológico da criança (BRUNONI; et al., 2016, p. 2)”. Ainda não se tem conhecimento e técnicas suficientes para atuar frente esta realidade, necessitando de estudos para aprofundar tal problemática. Quanto à formação continuada, vê-se ainda uma lacuna, surgindo assim o questionamento: o que é e como acontece essa formação? Desta forma, a secretária do município de São Bento do Una deve proporcionar mais oportunidades, considerando que, muitos dos profissionais possuem formação inicial ainda insuficiente, que estão em sala de aula no cotidiano e que se não tiverem uma boa formação a aprendizagem e inclusão dos alunos deficientes, também não será satisfatória,

Com relação ao ambiente físico das instituições percebeu-se que as creches 2 e 3 estão habilitadas em partes para receberem alguns tipos de deficiência, mas que precisam de avanços, por exemplo a inserção da sala de AEE. Quanto a Creche 1 obteve-se a informação durante a pesquisa que, está sendo implementada a nova Creche em conformidade com o padrão das demais.

Conclui-se, portanto, que a inclusão escolar de crianças deficientes nas creches do município de São Bento do Una tem avançado em alguns aspectos que foram positivos para o desenvolvimento da educação infantil e inclusiva, como os espaços reservados para as atividades e necessidades das crianças (dormitórios, banheiros adaptados, salas de aula, refeitório...) e a oferta dos próprios Profissionais de Apoio, que mesmo com suas



GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. : il. Disponível em: <www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf > Acesso em: 26 de Maio de 2018.

GUERRA, E. L. A. **Manual Pesquisa Qualitativa.** Suporte ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Belo Horizonte. 2014. 48 p.: il. Disponível em: <disciplinas.nucleoead.com.br/pdf/anima_tcc/gerais/manuais/manual_quali.pdf> Acesso em: 26 de Maio de 2018.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Representação da UNESCO no Brasil, 1998. 6 p.: il. UNIC / Rio / 005 - Agosto 2009. 17 p.: il Disponível em: <www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf> Acesso em: 09 de Janeiro de 2018.

_____. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais:** Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994, 49 p.: il. Disponível em: <redeinclusao.pt/media/fl_9.pdf> Acesso em: 09 de Janeiro de 2018.

ROCHA, Jacqueline *et al.* **Educação infantil, os desafios das creches no equilíbrio entre o educar e o cuidar.** III ENCONTRO CIENTÍFICO E SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO UNISALESIANO Educação e Pesquisa: a produção do conhecimento e a formação de pesquisadores Lins, 17 – 21 de outubro de 2011. Disponível em: <www.unisalesiano.edu.br/simposio2011/publicado/artigo0106.pdf>. Acesso em 10 de Janeiro de 2018.